



3.18 • Metamorfoses da violência

No *first use* nuclear e novas posturas

Luis Tomé

AS DIVERSAS DOCTRINAS E ESTRATÉGIAS sobre o emprego das armas nucleares (ver “Doutrinas nucleares”) desenvolveram-se, essencialmente, no contexto de Guerra Fria, sendo consideradas defensivas por natureza e para ser usadas apenas se e após se sofrer um *first strike* – no que se instituiu como a “norma invisível” da estratégia nuclear. Na realidade, várias potências assumem como parte da sua postura nuclear o *no first use* (NFU), mas apenas a China e a Índia o enunciam de forma absoluta e incondicional. Com efeito, o NFU surge com *nuanças* sensíveis e no meio de muitas ambivalências, havendo evoluções recentes, algumas das quais preocupantes.

Os EUA, com a Administração Obama, introduziram alterações significativas na sua postura nuclear. Desde logo, assumiram pela primeira vez (pela voz do próprio presidente Obama, em 2009, no célebre discurso em Praga) o objectivo de alcançar um “mundo livre de armas nucleares”. Depois, na *Nuclear Posture Review 2010* (USDoD, NPR) renunciaram pela primeira vez ao uso de armas nucleares contra Estados não-nucleares. Neste quadro, abandonaram os projectos de desenvolvimento de novas armas nucleares propostos pela anterior Administração W. Bush e anunciaram reduções acrescidas no seu arsenal nuclear estratégico, em conformidade com o chamado “novo START” assinado com a Rússia e das garantias na 8.ª Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação (TNP), em 2010 (Tomé, 2010).

Ainda assim, o alegado propósito americano de desarmar o seu arsenal nuclear (inerente ao objectivo de um mundo livre de armas nucleares) será para um futuro longínquo e sempre dependente de uma série de condições *sine qua non* que os EUA não controlam inteiramente, a começar pelo desarmamento nuclear total das restantes potências nucleares. Depois, a garantia de não usar armas nucleares contra Estados não-nucleares é dirigida apenas aos que respeitam o TNP – *nuança* crucial, pois no limite dependerá de um juízo americano sobre esse cumprimento e deixa, assim, de fora países como o Irão ou a Coreia do Norte. Por outro lado, nos termos da NPR 2010, são cinco os objectivos-chave das políticas e da postura dos EUA sobre as suas armas nucleares: «1. *Preventing nuclear proliferation and nuclear terrorism*; 2. *Reducing the role of U.S. nuclear weapons in U.S. national security strategy*; 3. *Maintaining strategic deterrence and stability at reduced nuclear force levels*; 4. *Strengthening regional deterrence and reassuring U.S. allies and partners*; and 5. *Sustaining a safe, secure, and effective nuclear arsenal*» (USDoD: iii). Ou seja, os EUA mantêm o objectivo de preservar as suas forças nucleares consideradas necessárias para efeitos de dissuasão e de estabilidade estratégica, incluindo as garantias de protecção nuclear aos seus aliados e parceiros.

A realidade é que tanto os EUA como, igualmente, o Reino Unido e a França mantêm em aberto a possibilidade de retaliar com armas nucleares, não apenas em resposta a uma agressão nuclear mas também contra adversários não-nucleares em caso de ataque com armas químicas e biológicas ou de agressão contra o seu território ou dos seus aliados. Paralelamente, a NATO continua a recusar assumir na sua doutrina o NFU nuclear, preservando portanto a opção de responder com armas nucleares a qualquer tipo de agressão contra os seus membros ou até de lançar um ataque nuclear preemptivo perante uma ameaça directa e iminente em nome da legítima defesa. No limite, isto significa que quer a Aliança Atlântica, quer as potências nucleares ocidentais contemplam nas suas estratégias a opção de *first use* nuclear.

Na mesma linha, a nova Federação Russa anunciou, em 1993, uma doutrina militar que oficialmente deixou de referir a política “no first use” da antiga União Soviética, embora não definisse explicitamente missões para as suas armas nucleares nem quaisquer ameaças a que as armas nucleares deveriam responder. Nos anos seguintes, muito se discutiu na Rússia o papel e a estrutura das suas forças nucleares, parecendo que a maior inovação no sentido de uma nova missão: dissuadir guerras convencionais limitadas. A partir da Doutrina Militar 2000, todavia, correspondendo à ascensão de Putin à Presidência, a Rússia passou a assumir explicitamente «*the right to use of nuclear and other types of weapons of mass destruction against it and (or) its allies, as well as in response to aggression against the Russian Federation that utilizes conventional weapons that threatens the very existence of the State*», conforme reafirma na sua mais recente “Doutrina Militar para o período até 2020” (Russian Federation, 2010: art.º 22).

As posturas de Israel, da Coreia do Norte e do Paquistão são mais ambíguas, desde logo porque não anunciam oficialmente uma doutrina nuclear. A prática tem sido condizente com o *no first use*, mas a retórica é mais próxima do *first use*: os três países parecem dispostos a retaliar massivamente contra os adversários que os ataquem, mesmo apenas com armas convencionais. Apparentemente, a ambiguidade faz parte das respectivas estratégias de dissuasão, usando as armas nucleares e a ameaça velada de *first use* como compensação para a eventual desvantagem de forças convencionais face aos principais adversários.

Israel já afirmou oficialmente que não seria o primeiro país do Médio Oriente a introduzir armas nucleares num conflito na região, mas a sua resistência em não confirmar a posse de armas nucleares e as ameaças recorrentes de “retaliação devastadora” contra inimigos da região – não possuindo nenhum deles armas nucleares – vão nesse senti-

do. A opaca Coreia do Norte é, a este respeito, mais explícita tanto na posse como nas ameaças: é certo que mantém um programa de armamento nuclear e míssil secreto e que não há possibilidade de verificar internacionalmente se e quantas armas nucleares operacionais possui, mas tornou públicos testes nucleares em 2003, 2006 e 2013 e as suas ameaças visam não apenas os EUA, mas também os não nucleares Japão e Coreia do Sul. Aliás, os desenvolvimentos em torno dos programas norte-coreanos sugerem que a nova liderança de Kim Jong-un mantém a postura tradicional de *military first* e de uso da ameaça nuclear para efeitos de chantagem sobre os seus adversários e o conjunto da comunidade internacional.

“
[...] o *no first use* surge no meio de muitas ambivalências, havendo evoluções recentes, algumas das quais preocupantes [...]”

Por seu turno, o Paquistão, nuclear desde 1998, tem uma suposta doutrina reconhecida com base na *Minimum Credible Deterrence* mas uma alegada postura de *first use*. Com efeito, o facto de não subscrever oficialmente o NFU nuclear significa para muitos, então, que o *first use* lhe é inerente. Mas a ambivalência subsiste, pois algumas afirmações de dirigentes paquistaneses referem o emprego das armas nucleares apenas em “último recurso”. A ambiguidade nuclear do Paquistão visa, naturalmente, dissuadir um ataque também convencional da Índia, compensando as suas desvantagens convencionais comparativas através da ameaça de *first use* nuclear com consequências catastróficas. Por outro lado, o Paquistão vem aumentando o número de ogivas nucleares e lançou entretanto um programa de miniaturização e de reforço do arsenal nuclear tático, no âmbito de um eventual emprego limitado e controlado numa situação de conflito com a Índia, mas também para poder escapar ao confisco ou à neutralização do seu armamento nuclear pelos aliados EUA – receio que aumentou entre as elites paquistanesas depois da ingerência americana para capturar Bin Laden e das desconfianças subseqüentes (Tomé, 2011) – ao mesmo tempo que expande a produção de plutónio e urânio.

A Índia e a China são as únicas potências nucleares que proclamam o compromisso absoluto de nunca serem as primeiras a usar armas nucleares, seja em que circunstância for. Contudo, as suas posturas nucleares parecem estar em mutação. A Índia – que efectuou a sua primeira “explosão

DOCTRINAS NUCLEARES

A “estratégia nuclear” envolve doutrinas e sistemas sobre a produção e o uso de armas nucleares, em função de objectivos determinados e no âmbito de estratégias militares e políticas de segurança mais amplas. Sintetizam-se aqui as principais referências.

Mutual Assured Destruction (MAD) ou Destruição Mútua Garantida: a utilização das armas nucleares por dois lados antagonistas implica a aniquilação de ambos, seja do atacante inicial ou o agredido que retalia. Surge intimamente ligada à teoria da *dissuasão*, em que a ameaça de uso de armas nucleares contra o inimigo impede este de iniciar uma agressão.

Massive Retaliation ou Retaliação Massiva: o detentor de armas nucleares responderá com todas as suas capacidades (incluindo armas nucleares estratégicas) a uma agressão. A retaliação massiva baseia-se nos mesmos princípios da dissuasão e é inerente à MAD, ameaçando que um ataque adversário terá uma resposta devastadora. Nalgumas estratégias, a *massive retaliation* nuclear responderá não só a ataques com armas nucleares mas a todo e qualquer tipo de agressão. Numa variação da *massive retaliation*, a Índia refere a *assured retaliation*, resposta punitiva de proporções massivas.

Resposta Graduada: a retaliação será na mesma medida da agressão, escalando em conformidade, desde os meios convencionais até às armas nucleares estratégicas. Implica racionalidade e o “controlo da escalada”, continuando a visar a dissuasão, mas prevendo a possibilidade de guerra sem recurso a todas as capacidades disponíveis.

Dissuasão Mínima: prossegue os princípios da dissuasão mas em que se possui armas nucleares apenas num número suficiente e necessário para evitar a agressão de um inimigo eventualmente mais poderoso. No fundo, esta postura espera que o seu armamento nuclear seja credível o suficiente para o adversário considerar que um ataque terá custos demasiado elevados e, assim, não o desencadear. A “dissuasão mínima” foi desenvolvida, primeiro, pela França e pela RPChina, nos anos 1960, depois também pela Índia e pelo Paquistão e, mais recentemente, pela Coreia do Norte.

A *force de frappe* e a *dissuasão du faible au fort* é a conceptualização francesa para uma capacidade de “dissuasão mínima” face à URSS, em contexto de Guerra Fria. Operacionalizada pelo presidente De Gaulle nos anos 1960, a *force de frappe* assentava na mesma tríade das duas superpotências (armas nucleares lançadas a partir de terra, ar e mar), definindo assim o conceito de uma força nuclear independente (dos EUA e da NATO) para proteger a França e dissuadir um ataque soviético. A Índia e o Paquistão adoptaram esta postura numa variação que denominam *Minimum Credible Deterrence*.

First Strike: refere a iniciativa de lançar um ataque nuclear surpresa, antecipando-se a uma eventual agressão do opositor nuclear, destinado a vencer o inimigo pela destruição do seu arsenal nuclear e eliminação da possibilidade de ele contra-atacar massivamente.

No âmbito do *first strike*, o *decapitation strike* visa a destruição total das capacidades inimigas, incluindo os mecanismos e sistemas de comando e controlo do opositor, na expectativa de impedir assim qualquer possibilidade de retaliação. Outra doutrina associada, todavia, propõe antes a *damage limitation*, argumentando que em certas circunstâncias é preferível limitar a destruição, num primeiro ataque nuclear, a certos alvos estratégicos e preservar o suficiente da autoridade adversária para esta negociar uma rendição ou o cessar-fogo. Neste caso, só um segundo ataque nuclear (em resposta ao contra-ataque nuclear inimigo) seria massivo.

Second Strike: capacidade de sobreviver e responder a um ataque nuclear adversário com poderosa retaliação nuclear. Ter esta capacidade é vital na dissuasão nuclear; caso contrário, o adversário pode ser tentado a lançar um *first strike*. A posse de capacidades *second strike* tanto pode dissuadir um *first strike* como apoiar uma doutrina de *no first use* nuclear. Capacidades recíprocas de *second strike* favorecem a lógica da “destruição mútua garantida”.

Em complemento, os mecanismos *fail-deadly* garantem uma imediata, automática e massiva resposta a um ataque, prevendo procedimentos

autorizados para retaliação com lançamento do contra-ataque nuclear, mesmo que a estrutura de comando e controlo já tenha sido neutralizada por um *first strike* inimigo.

No First Use (NFU): a potência nuclear assegura que nunca empregará armas nucleares em primeiro lugar, apenas em resposta a um ataque nuclear inimigo, sublinhando a natureza estritamente defensiva das suas armas nucleares.

First Use: refere a possibilidade de ser o primeiro a empregar armas nucleares. As circunstâncias concretas em que cada potência pondera o *first use* oscilam, todavia, entre apenas contra um antagonista nuclear ou também não-nuclear, em caso de agressão com armas químicas e biológicas ou também em resposta a um ataque convencional, num contexto de conflito armado ou também numa acção preemptiva. O “*first use*” insere-se naturalmente numa estratégia de dissuasão, podendo figurar em cenários de escalada ou de “último recurso”. Por outro lado, o *first use* nuclear tanto pode ser exibido para afirmação de força e superioridade, como para compensar a desvantagem comparativa de forças convencionais face ao principal adversário, tentando dissuadir assim também um ataque convencional.

Madman Theory ou Teoria da Irrracionalidade: teoria e postura que contrasta com a racionalidade tradicionalmente inerente à posse e uso das armas nucleares. No fundamental, baseia-se na exibição de uma liderança aparentemente “irracional” cujo comportamento é, portanto, imprevisível, volátil e suicidário, dissuadindo assim os actores que lhe são hostis (mesmo muito mais fortes) de o provocarem ou, então, de melhor tolerarem os seus comportamentos e exigências por temerem consequências “irracionalis” e catastróficas. Esta postura nunca foi naturalmente assumida em termos oficiais, embora pareça ser parte da estratégia da Coreia do Norte.

Por outro lado, e num sentido diferente, a “teoria da irracionalidade” passou a ser utilizada na referência a líderes de “Estados pária” e grupos terroristas, significando aqui que a simples posse de armas nucleares equivalerá ao seu uso “irracional”.

Fonte: CNS, Inventory of International Nonproliferation Organizations & Regimes.

nuclear pacífica” em 1974 e produz armas nucleares desde meados dos anos 1980, aumentando continuamente até hoje o seu número e sofisticação –, proclamou o NFU somente após os seus testes nucleares de 1998 (coincidindo com a nuclearização do Paquistão), mas a sua estratégia nuclear enfatiza também a *assured retaliation* – uma resposta massiva a um *first strike* destinada a infligir danos inaceitáveis no adversário. São, no fundo, os dois lados da “Dissuasão Mínima Credível” indiana, sobretudo face ao Paquistão e à China, estando a Índia apostada em acelerar a consolidação operacional da sua “tríade” de forças nucleares (lançadas de terra, ar e mar). Entretanto, a partir de 2010, a Índia introduziu na sua doutrina um factor adicional ao sublinhar que, independentemente da envergadura do ataque nuclear de que for alvo, seja numa versão miniaturizada ou estratégica, tal será irrelevante na sua perspectiva e retaliará massivamente.

A China foi a primeira potência a proclamar o *no first use*, imediatamente após testar a sua primeira bomba atómica, em 1964. Este princípio foi sendo repetido explícita e solenemente por Pequim, e incluído nos discursos dos sucessivos dirigentes e nos documentos oficiais sobre a defesa da RPChina. Recentemente, todavia, parece notar-se uma mudança na tradicional postura nuclear chinesa. No passado, sempre prevaleceu o preceito maquista de desvalorização do significado das armas nucleares e da referência às outras potências nucleares como “tigres com garras de papel”. Mas o novo presidente da RPChina e secretário-geral do PCChinês, Xi Jinping, numa alteração sensível de retórica, tem afirmado que a posse de armas nucleares é favorável ao estatuto da China como grande potência e – talvez mais significativo – deixou cair a referência habitual ao *no first use*. Similarmente, o seu mais recente *Livro Branco da Defesa* (China, 2013) não tem qualquer referência explícita àquele princípio. É incerto se

isto configura, e com que amplitude, uma alteração, mas as omissões, nomeadamente num campo tão sensível, nunca ocorrem sem sentido. E, sobretudo, numa China que continua apostada em reforçar e sofisticar as Forças Armadas e nucleares. ■

Referências

- CHINA, P.R. – Information Office of the State Council (2013, April). *The Diversified Employment of China's Armed Forces* (White Paper). Beijing.
- RUSSIAN FEDERATION, President of the (2010, 5 February). *Military Doctrine of the Russian Federation for the Time Period through the Year 2020*. Approved by President of the Russian Federation D. Medvedev, on 5 February 2010 (unofficial translation). Moscow.
- TOMÉ, Luis (2011). “A morte de Bin Laden” in *Janus 2011-2012*, Anuário nº 14. Lisboa, OBSERVARE:100-101.
- TOMÉ, Luis (2010). “A 8ª Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear” in *Janus 2010*, Anuário nº 13. Lisboa, OBSERVARE: 44-45.
- USDoD – United States Department of Defense. *Nuclear Posture Review Report*. April 2010.

